

O Neoliberalismo e o Novo-Desenvolvimentismo Argentino

Iderley Colombini Neto¹

Resumo

O presente artigo busca analisar a formação do novo-desenvolvimentismo na Argentina como fruto de um processo que depende principalmente da extensão e circunstância do ambiente externo, da formação das coalizões econômicas e políticas para as mudanças e das capacidades de transformação estrutural da economia. O novo-desenvolvimentismo argentino entendido aqui não é visto como uma atitude isolada do ‘kirchnerismo’, mas como um processo da junção do ambiente argentino com a nova reestruturação pós-crise neoliberal. O que destacará tanto do ponto de vista externo os recentes processos de liberalização-desregulamentação financeira e a inserção definitiva chinesa, quanto do ponto de vista interno os conflitos de classes e as disputas dos setores econômicos dominantes pelo poder estatal. Por isso se criticará por fim as abordagens baseadas no ‘nacionalismo metodológico’, em que a performance de crescimento de cada país é explicada somente pelos fatores do governo.

Palavras-chave: Argentina, Neoliberalismo, Desenvolvimento economico, Novo-Desenvolvimentismo.

Abstract

This article try to analyze the formation of the ‘new-development’ in the Argentina like a result of a process that depends mainly of the external environment, economics and politics coalition for the changes and for the capacity of the structural economics transformation. The Argentina’s new-development understand here isn’t seen like a isolated attitude of the ‘kirscherism’, but like a process of the connection of the argentine circumstances with the new restructuration pos neoliberalism crises. This analyze will emphasize in the external perspective the recent process of financial liberalization/deregulation and the definitive Chinese introduction in the global market, and in the internal perspective the class conflict and the dispute of the economics sector for the state power. Therefore, criticize the approaches that assume a ‘methodological nationalism’ in which individual countries growth performance are explained only by Government factors.

Key-words: Argentina, Neoliberalism, Economic development, New-Development.

Área: 4. Estados e Nações face à nova configuração do capitalismo

Sub-Área: 4.3 - Os Estados nacionais na nova configuração do capitalismo

Submetido às Sessões Ordinárias.

¹ Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGE/UFRJ). O autor agradece as sugestões do Professor Carlos Aguiar de Medeiros. Assim como o apoio financeiro do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Email: iderley_colombini@hotmail.com

Introdução

A virada dos anos 2000 trouxe um novo padrão político econômico para os países em desenvolvimento, como é o caso da Argentina, em que esse novo modelo já começa a dar sinais de seus desdobramentos. Após a fase neoliberal, dos anos 1983-2001² na Argentina, muitos países em desenvolvimento passaram a apresentar um modelo com uma participação muito mais ativa do Estado. A Argentina apresenta um caso claro desse processo, sendo denominado de novo-desenvolvimentismo e atrelado aos governos Kirchner³. Esse modelo apresenta taxas altas de crescimento, com um alto número de políticas sociais, mas com certa debilidade na retomada da industrialização, sendo marcado por um forte crescimento do setor agro-exportador, que tem garantido as divisas necessárias para o equilíbrio da balança de pagamentos. A grande maioria das interpretações sobre a economia argentina recente, principalmente as atreladas ao *mainstream* ortodoxo (mas também presente em muitas abordagens heterodoxas), entendem esse processo como oriundo basicamente das políticas governamentais. Baseados no ‘nacionalismo metodológico’ apresentam o Estado como o grande determinante no sucesso econômico. As análises com um viés mais ortodoxo irão argumentar quanto à capacidade desse estado criar as instituições necessárias para a proliferação dos mecanismos de mercado, enquanto as heterodoxas analisam a estrutura de alocação dos gastos governamentais como ponto fundamental para buscar o crescimento e a diminuição do desemprego.

Essas análises com uma abordagem ‘nacional metodológica’ negligenciam o complexo papel desempenhado pelo estado na economia capitalista, não analisando as influências das próprias características econômicas e sociais do país nas instituições que regem o mercado. Por isso, acabam por compreender o estado como um ser autônomo (de forma semelhante ao ‘individualismo’ na abordagem neoclássica), o qual não possui conflitos de classes ou disputas dos setores econômicos dominantes pelo poder estatal. De forma semelhante, não identificam o Estado inserido em um sistema global, que possui uma complexa dinâmica de poder atrelada às relações econômicas.

² Aqui se considera a fase neoliberal com a volta da democracia na Argentina e seu fim com a crise da dívida externa e da convertibilidade do peso em dólar. Entretanto, é importante evidenciar a importância da ditadura de 1976-83 para esse modelo neoliberal que seguiu de forma exemplar as doutrinas do Consenso de Washington. Da mesma forma que é importante salientar as considerações feitas sobre o término ou não da fase neoliberal, que em uma abordagem global é identificado com a crise financeira de 2008. Todavia, a análise mais detalhada dessas questões foge ao escopo desse trabalho.

³ Nestor Kirchner assumiu logo após o governo provisório de Duhalde, o qual obteve o cargo em meio à crise e terminou com a convertibilidade do peso em dólar. Nestor, que obteve uma forte recuperação econômica do país, ficou no cargo de 2003-07, para ser sucedido pela sua esposa Cristina Kirchner, a qual conseguiu a reeleição em 2011.

Por isso este trabalho pretende analisar a formação do novo-desenvolvimentismo na Argentina como fruto de um processo que depende essencialmente da extensão e circunstância do ambiente externo, da formação das coalizões econômicas e políticas para as novas mudanças e das capacidades de transformação estrutural da economia. O novo-desenvolvimentismo argentino entendido aqui não é visto como uma atitude isolada do ‘kirchnerismo’, mas como um processo da junção do ambiente argentino com a nova reestruturação pós-crise neoliberal. Este será caracterizado como tendo dois pontos predominantes: a liberalização e desregulamentação financeira com o dólar como moeda internacional e a inserção definitiva da economia chinesa como uma das grandes potências na produção mundial. Enquanto o ambiente argentino irá apresentar uma grande carência e pressão por políticas sociais e uma destruição do seu parque industrial, dadas pela brusca entrada do padrão neoliberal.

Além dessa introdução esse trabalho conta com mais três seções. Na primeira tem uma tentativa de realizar uma contextualização dos pontos principais do neoliberalismo, tanto nas alterações no mercado global quanto no caso particular da Argentina. Na segunda se discutirá como esse processo do novo-desenvolvimentismo está ligado com a fase global de crescimento e como a argentina tem se estabelecido dado suas particularidades. Desta forma se intenciona construir uma visão das relações do Estado argentino, tanto externa como internamente, que ditam os determinantes do novo-desenvolvimentismo argentino. Por fim realizamos uma breve consideração final, tentando ressaltar os pontos principais do trabalho.

1. O Neoliberalismo e o caso argentino

A partir da segunda crise do petróleo em 1979 e da ofensiva política Reagan-Thatcher se instalou um modelo político econômico que ficou conhecido como neoliberalismo. Esse modelo irá ocorrer em vários países, mas em alguns casos (principalmente nos países periféricos) de forma mais brusca e com maiores impactos na própria estrutura do estado. O neoliberalismo, apesar de apresentar muitas características semelhantes em todos os países, irá provocar inserções diferentes na divisão internacional do trabalho, como fica claro quando se compara os casos asiáticos e latinos.

A introdução do sistema neoliberal ocorreu principalmente nos anos 80, com clara definição de suas principais linhas durante os anos 90. No pós-guerra o mundo se encontrou em um novo ambiente político, o qual era claramente marcado pelas disputas

entre EUA e URSS que deu origem a guerra fria. Dado esse panorama e o alto grau de devastação econômica dos países envolvidos na guerra, os EUA desenvolveram uma ampla política de fortalecimento do estado com sua intervenção no mercado para promover um maior crescimento econômico juntamente com uma melhoria nas condições sociais. Assim, o período pós-guerra é caracterizado pela guerra fria, com o confronto entre dois sistemas antagônicos e a total supremacia norte-americana no bloco capitalista, criando instituições e mecanismos para propagar e expandir seus interesses.

Políticas americanas durante a guerra fria como o keynesianismo expansionista marcaram um período de grande prosperidade nos países desenvolvidos. Os casos mais bem sucedidos de desenvolvimento foram marcados por combinação de exportação de manufaturas local e com subsídio de bens de capital, além do estrito controle financeiro. Assim a possibilidade de financiamento com os EUA acontecia por uma espécie de ‘desenvolvimento a convite’, sendo uma estratégia americana de não apenas permitir como também em vários casos promover o desenvolvimento econômico.

As políticas de intervenção econômica iniciadas pelo estado norte-americano no pós-guerra marcaram o Estado Nacional Keynesiano, com a intenção definida de promover políticas macroeconômicas que buscassem o pleno emprego. Aliado ao fordismo e a produção em massa, o capitalismo obteve um crescimento sustentado histórico. Nos países periféricos, como os asiáticos e latinos, esse processo também ocorreu com grande intervenção estatal, principalmente focada na substituição de importação com o intuito de promover a industrialização, processo que ficou conhecido como o Estado Desenvolvimentista.

Entretanto, o sistema político econômico estabelecido no pós-guerra começou a apresentar um claro desgaste no começo da década de 70⁴. Os EUA já não apresentavam as mesmas taxas de produtividade das décadas anteriores, o que levou a um forte crescimento das importações dos produtos das economias recém recuperadas, como Alemanha e Japão. Esse processo colocava uma imposição a continuação do sistema devido ao modo como o sistema monetário internacional estava construído. O dólar era convertido em ouro, o que não era problema devido às imensas reservas adquiridas pelos EUA até a II Guerra Mundial. Entretanto, nos últimos anos da década de 60 e começo dos 70 esse processo se inverte, com uma forte emissão de moeda

⁴ O fim do período conhecido como era de ouro do capitalismo possui um amplo e aprofundado debate, com várias correntes do pensamento econômico e político. Para ver maiores detalhes: Tavares (1997 e 2000).

americana que fica sem lastro em ouro⁵. Dado esse impasse que é agravado com o primeiro choque do petróleo em 73, o governo Nixon decide acabar com a convertibilidade do dólar e esse passa a ser o padrão monetário internacional.

Esse cenário político continua até o final da década de 70, quando ocorre o segundo choque de petróleo (1979) e a política norte-americana coloca fim ao Estado Nacional Keynesiano. O grande crescimento dos países europeus no pós-guerra irá gerar uma grande massa de capital em dólares (eurodólares), a qual inicia uma pressão para ser reinvestido. O mesmo acontece com os novos fundos de capital vindos dos países árabes (petrodólares). Até esse momento havia uma grande restrição para a aplicação de capital em outros países. Assim esses fundos passam a realizar uma forte pressão para investir nos novos mercados mundiais. Durante toda a década de 80 é realizado um vigoroso processo de liberalização financeira e desregulamentação.

Grande parte das restrições internacionais quanto à mobilidade de capitais são desfeitas, o que possibilita uma grande tomada de empréstimos dos países em desenvolvimento. Esses até então sofriam uma grande restrição de oferta de crédito internacional. Entretanto, os juros baixos que possibilitaram a tomada de grandes aportes de capital não continuaram. O presidente dos EUA Ronald Reagan em 1981 promove uma política de forte desvalorização da moeda americana, com um forte crescimento da taxa de juros. Essa política irá reverter bruscamente a direção dos fluxos de capitais para o mercado norte americano. Evidentemente esse processo será decisivo para os países em desenvolvimento, com destaque para os latinos. O aumento brusco da dívida irá colocar uma forte restrição na balança de pagamentos. Esses países apresentavam um forte processo inflacionário, o que era agravado com a recessão mundial que diminuía os preços dos seus produtos exportados. Grande parte dos eurodólares e petrodólares tomados serviu para realizar medidas que tentavam sanar a inflação, mas que acabavam por criar um processo cíclico de endividamento. Dessa forma um grande número de países latinos não teve condições de pagar suas dívidas, dando origem ao processo de moratórias no início da década de 80, que será marcada por um longo período de racionamento de crédito internacional.

⁵ O padrão monetário internacional irá apresentar um papel fundamental na determinação dos modelos de crescimento dos países. Como foi analisado por Serrano (2004) o padrão dólar flexível será determinante na retomada do poder econômico americano. Os EUA através da manutenção da sua moeda como o padrão monetário internacional permite ampliar as suas dívidas ao mesmo tempo em que realizam grandes desvalorizações que garantem uma posição favorável no mercado mundial.

Juntamente com esses desdobramentos durante todos esses anos os EUA apresentaram uma política exitosa de retomada da sua hegemonia econômica. Durante a década de 80 e maciçamente nos anos 90 o EUA implantou (muitas vezes através do Fundo Monetário Internacional – FMI) uma política de estado mínimo e promoção de instituições que levariam a um mercado ‘eficiente’. Por traz desse discurso estava em marcha um vigoroso processo de restabelecimento de uma estratégia de acumulação, que levaria a hegemonia do capital em geral e do capital financeiro particularmente. Através da intensa desvalorização do dólar a economia norte-americana volta a ter uma grande competitividade, o que a leva a impor novamente o padrão econômico a ser seguido. A imposição norte-americana, apesar de ser contestada nos anos 70, passa a ser cada vez mais aceita (até mesmo pelos países desenvolvidos, como é exemplificado pela imposição de taxas cambiais acima da norte-americana aos países europeus).

Dado esse novo vigor econômico nos anos 80, os EUA impõem uma série de políticas e doutrinas, conhecidas como ‘Consenso de Washington’, que marcará definitivamente o modelo neoliberal. Dentro desse projeto econômico estava em primeiro plano a colocação do capital financeiro como peça chave para retomada do crescimento, o que foi possibilitado pela completa liberalização e desregulamentação financeira.

Será exatamente da política casada de desvalorização cambial com altos juros e liberalização/desregulamentação financeira que possibilitará aos EUA impor esse seu novo padrão de crescimento. Uma das principais ‘indicações’ do ‘Consenso de Washington’ diz respeito à austeridade monetária e fiscal que deve ser realizada pelos Estados. Para isso deveriam ser criados Bancos Centrais independentes que ficariam responsáveis por determinar a esfera monetária da economia, fixando a taxa de juros e assim o nível de moeda interno. Entretanto, como tentaremos evidenciar no caso argentino, essa independência não significa isenção política, mas apenas um viés para as intenções norte-americanas (disfarçadas pelo discurso das benfeitorias do livre mercado) ao invés das nacionais. Desta forma, através dos bancos norte-americanos diversos países periféricos irão se endividar para tentar realizar o tão sonhado desenvolvimento. Todavia, esse ocorrerá de uma forma muito aquém da esperada por esses países, com exceção de alguns países do leste asiático, que obtiveram uma inserção internacional específica que os possibilitou um crescimento mais sustentado e com uma grande especialização em produção de maior intensidade tecnológica.

As políticas neoliberais norte-americanas não ficaram restritas ao financiamento, mas também tiveram um grande impacto na estrutura produtiva diretamente. Na fase anterior do pós-guerra, a estrutura industrial era basicamente marcada pelo fordismo, com um movimento sindical forte, o qual tinha grande conexão com o estado e com políticas sociais. Como será evidenciado no caso argentino, esse quadro será desfeito a partir dos anos 80, com um forte arrocho salarial e um duro combate aos movimentos sindicais. Assim, uma nova estrutura produtiva e salarial será formada e ocorrerá juntamente com a inserção do novo paradigma tecnológico da microeletrônica⁶. O novo modelo de acumulação colocado pelo neoliberalismo irá colocar a frente o capital financeiro, desfazendo o tecido de relações entre a produção industrial fordista e a classe operária. Essa configuração ocorre paralelamente com a formação das grandes corporações globais⁷, as quais terão um papel decisivo na reestruturação da divisão internacional do trabalho.

As grandes corporações irão aproveitar a desregulação financeira (facilidade de remeter divisas) e as novas estruturas de informação para deslocarem sua produção em busca de mão de obras mais baratas. Os países centrais continuam recebendo as divisas dessas empresas, enquanto os países periféricos irão receber uma grande quantidade dessas indústrias para montagem e construção dos produtos. Essa nova divisão internacional do trabalho apresentará possibilidades diferenciadas de inserção para os países. Os países do leste asiático, com uma grande densidade de mão de obra e uma relativa escassez de recursos naturais, se especializaram em bens com alta intensidade em trabalho, o que possibilitou a realização de políticas que visem um *catching up* desses países até atingirem um padrão industrial intensivo em tecnologia. O que não acontece com os países latinos, que irão apresentar um processo de desindustrialização e uma supremacia do setor agro-exportador. Desta forma se estabelecerá no final do período neoliberal uma grande conexão dos produtos primários latinos com o mercado asiático, com imenso predomínio do mercado chinês.

⁶ Klapinsky (1989) irá apresentar detalhadamente o processo de formação dessa nova estrutura produtiva oriunda das novas relações do trabalho e do novo paradigma da microeletrônica.

⁷ As corporações globais se diferenciam das multinacionais, as quais nasceram na era da produção em massa como resposta ao saturamento dos mercados. As corporações globais são conglomerados muito mais dinâmicos e complexos, que através das novas tecnologias de informação conseguem maiores vantagens ao se tornarem globais, com uma ampla variedade de penetrações nos mercados dos diferentes países, como é analisado por Perez (2010)

O caso argentino

A Argentina durante os anos 80 e 90 será um nítido exemplo desse modelo neoliberal, como enfatizou Galafassi (2004) “(...) *Argentina es indudablemente uno de los mayores experimentos neoliberales de la periferia*”. A introdução do sistema neoliberal na argentina, apesar de ter como marco a volta da democracia em 1983, possui grandes laços com a ditadura dos anos de 1976-83. Nesse período houve uma grande abertura financeira, com um grande aumento da dívida, que como já argumentado, levou não só ao processo de moratória como uma forte deterioração da indústria. Durante o pós-guerra esse país passou por um intenso período de Estado forte com a clara intenção de promover a indústria através do processo de substituição de importações. Entretanto, já na ultima fase da ditadura é iniciado o processo de deterioração da indústria e do próprio tecido estatal que regia a economia.

Apesar do papel importante da ditadura para a introdução do sistema neoliberal na Argentina, a sua implementação definitiva e implicações ficaram mais nítidas durante as décadas de 80 e 90. Será, portanto, na fase democrática que o processo neoliberal se consolidará de modo definitivo, com um ‘casamento’ das grandes empresas e das elites políticas.

Os anos 80 foram marcados por uma recessão mundial com uma forte restrição de divisas estrangeiras aos países latinos, devido principalmente as várias moratórias e o alto risco país. Durante esse período a argentina passou por uma grave paralisia econômica, a qual se tornava mais indesejada com o processo de inflação elevado. Na década de 90 esse processo irá se reverter. Depois de realizada a liberalização financeira e a desregulamentação foram criados grandes fundos de investimentos ávidos por valorização. Logo, a Argentina com altas taxas de juros se tornaria um alvo certo. Entretanto, para receber esses aportes monetários foram exigidas grandes modificações na estrutura política econômica do país, como o processo de privatização com a entrada de um grande número de corporações multinacionais e uma série de políticas que garantissem a austeridade do governo.

A primeira vista esse processo parece estar de acordo com a tese de Tony Negri e Michael Hardt⁸, no sentido de que o Estado Nação não é mais o sujeito do desenvolvimento mundial, pois passa a ser substituído pelo mercado global com uma tendência de diluição da importância das nações. Entretanto, a realidade não irá

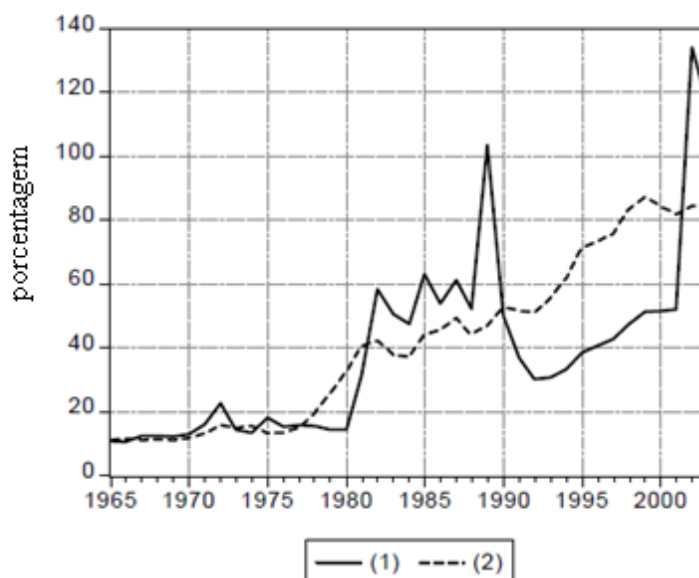
⁸ A tese é referente ao livro *Império* de Hardt, M.; Negri, T. (2000)

corroborar completamente com esta tese, devido ao papel fundamental do Estado na própria criação e expansão desse sistema. Na Argentina esse processo de brusca introdução do sistema neoliberal aconteceu através das elites políticas e econômicas argentinas valendo-se do próprio Estado (junto das grandes maiorias populares que acompanharam o processo). As elites argentinas que dominavam o panorama político tiveram grande participação nesse processo de alteração. Assim a elite agro-exportadora, os grandes empresários das multinacionais e financeiras se uniram a burocracia estatal para realizar amplas medidas políticas que deterioraram a estrutura de política social, distributiva e de fomento a indústria construída na fase desenvolvimentista do pós-guerra.

A formação de um governo austero, com fortes cortes de gastos em programas sociais e com políticas de arrocho salarial, possibilitou uma entrada exuberante de capitais estrangeiros na década de 90. Outra medida importante para a consolidação do processo de implementação do modelo neoliberal foi tomada através do estabelecimento do Banco Central como um órgão ‘independente’, o qual ficaria responsável pelo regime monetário, controlando as taxas de juros e de câmbio. Dessa maneira o estado passou a se endividar para realizar os planos econômicos de contenção da inflação, que tinham como principal estratégia a valorização do cambio real, atrelando a moeda a uma taxa de câmbio nominal fixa (o que pode ser visto nos gráficos⁹ abaixo). A implantação da convertibilidade do peso em dólar levará em um primeiro momento a taxa de inflação próxima à zero, mas com uma taxa de juros anual próxima aos 50%, enquanto Europa e EUA apresentam aproximadamente 7% anual no mesmo período. A grande diferença entre a taxa de juros interna e externa levou a uma grande entrada de capitais estrangeiros, mas implicou também em baixos níveis de investimento.

⁹ Apesar da queda na taxa de crescimento da dívida no início dos anos 90, devido ao recebimento das privatizações, a forte queda ilustrada no gráfico Débito Externo/PIB se deve principalmente a forte valorização da moeda. Esse percurso da dívida no início da década de 90 é similar ao início dos anos 80, como identificou DAMIL, M.; FRENKEL, R.; RAPETTI, M. (2005).

Débito Externo/PIB

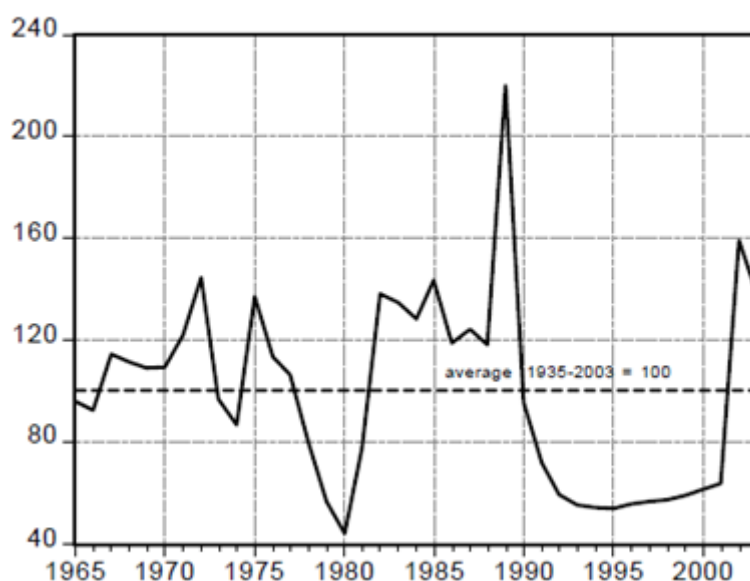


(1) Débito em dólares multiplicados pela taxa de câmbio corrente e dividido pelo PIB em preços correntes
(2) Débito em dólares multiplicados pela taxa de câmbio PPP e dividido pelo PIB em preços correntes
Nota: Taxa de câmbio PPP foi calculada como a média da taxa de câmbio real entre 1935-2003, utilizando o Índice de Preços ao Consumidor dos EUA e da Argentina.
Fonte: Centro de Estudios de Estado y Sociedad (CEDES)

As políticas monetárias neoliberais que foram acompanhadas por uma alta taxa de juros, tinham como objetivo controlar a inflação e atrair divisas em moeda estrangeira que garantissem a manutenção da taxa de câmbio valorizada. É válido ressaltar que a criação desse esquema de atração de divisas e controle inflacionário só se tornou possível com a grande desregulamentação e liberalização financeira, que passou a permitir um grande número de transações entre empresas (antes regulamentado). Muitas empresas, principalmente filiais estrangeiras, realizavam grandes empréstimos que depois eram transferidos como dívida externa argentina¹⁰.

¹⁰ Durante os anos 90 grande parte da dívida externa argentina era formada pela dívida privada. Após a desregulação financeira se iniciou uma série de práticas e inovações antes coibidas. Muitas empresas multinacionais remetiam capital para suas filiais na Argentina e identificavam esses valores como empréstimo (dívida externa), quando na realidade se tratavam de movimentos de capitais intra-empresas. Assim, essas empresas compravam dólares e esses eram depositados em contas nos EUA. Com a garantia dessa conta pegavam novos empréstimos que entravam novamente no país para comprar mais dólar. Esse mecanismo das grandes corporações ficou conhecido como 'bicicleta financeira', que garantiram valorização permanente para as empresas e um aumento estrondoso na dívida externa argentina.

Taxa de Câmbio Real: corrente e média entre 1995-2003



Fonte: Centro de Estudios de Estado y Sociedad (CEDES)

A alta taxa de juros, juntamente com as privatizações realizadas às pressas e sob muitas acusações de corrupção, levou a um completo sucateamento da indústria argentina, que só vai se recuperar após a moratória dos anos 2001. Na Argentina, como na América Latina em geral, esse processo levou a uma desindustrialização radical, caracterizado pelo U-invertido. Essa desindustrialização radical será tratada por Palma (2010). Inicialmente essa abordagem tratava dos casos europeus de crescimento da renda com diminuição da industrialização e do emprego. Entretanto, na América Latina esse processo acontecerá com fortes políticas liberalizantes, que não só sucumbiu a indústria como fortaleceu de modo desproporcional o setor agrícola. Assim a desindustrialização ocorreu juntamente com a doença holandesa, o que tornou muito mais agudo os efeitos desse processo. Essa doença holandesa, todavia, não será como no seu caso clássico. A Argentina já apresentava o problema da doença holandesa clássico, que dado a sua alta competitividade no setor agrícola precisava realizar políticas distributivas para promover uma indústria mais dinâmica e geradora de empregos. Essa nova doença holandesa aparece pela destruição completa dessas políticas distributivas, que provocam um retorno do país a sua posição 'ricardiana natural'.

A destruição das políticas de industrialização com a grande abertura econômica e o plano de convertibilidade levou a Argentina a uma completa estagnação do mercado

local. A convertibilidade¹¹ apresentará um efeito extremamente perverso, já que afetará diretamente as pequenas e médias empresas, que perderam completamente a competitividade frente aos produtos importados. Também serão problemáticos os próprios efeitos nas contas do Estado, pois a Argentina construiu um modelo extremamente dependente do mercado externo. Esse grande aumento nas importações não ocorreu de forma compensada, o que evidentemente provocou grandes déficits na balança de pagamentos. Dada as pequenas taxas de exportação no período, o país conseguia equilibrar os déficits na balança com um endividamento constante, o qual servia também para promover planos de controle inflacionário. Entretanto, o país se tornou refém dos processos internacionais e dos fluxos de capitais.

No final dos anos 90, com as crises asiáticas e russas, as taxas de risco país aumentaram bruscamente, encarecendo a tomada de novos capitais. A dívida argentina que estava na casa dos 7.000 milhões de dólares em meados da década de 70, passa para mais de 50.000 milhões em 86, chegando aos incríveis 180.000 milhões de dólares nos anos 2.000. Cada novo plano de endividamento junto ao Fundo Monetário Internacional era realizado com novas medidas e promessas de austeridade por parte do governo.

Entretanto, a situação social e econômica não permitia a continuidade do modelo de endividamento neoliberal. No final dos anos noventa a Argentina se deparou com uma completa crise social, que colocou em questão a própria soberania do Estado. Os níveis de pobreza e indigência atingiram níveis impensados para um país que já se ‘gabou’ de padrões europeus de desenvolvimento. Dessa maneira, em 2001 detona a maior crise da história argentina. A convertibilidade tinha se tornado impraticável, sendo cada vez mais difícil conseguir converter pesos em dólares. O país que já passava por fortes problemas sociais e econômicos, passa por uma grave crise de liquidez, devido à enorme procura por dólares. Assim milhares de pessoas iniciaram uma intensa onda de protestos em 2001, que determinou o período de instabilidade política e econômica, que será restabelecido somente com o governo de Nestor Kirchner.

¹¹ Aqui vale nota o tipo de estrutura política utilizada para alcançar os objetivos políticos e econômicos dos grupos dominantes, como argumentou Katz(2001) em relação aos verdadeiros objetivos da convertibilidade: “Pero la convertibilidad más que una política inadecuada es un instrumento de disciplinamiento monetario destinado a garantizar el pago de la deuda externa. Es un mecanismo limitativo de la emisión para brindar seguridades de cobro a los acreedores. Este propósito fue sovacado por los propios desequilibrios que generó la paridad uno a uno al acentuar la pérdida de competitividad exportadora, agravar el bache fiscal y sustituir la vieja emisión por el endeudamiento descontrolado”.



2. O Novo-Desenvolvimentismo e o caso Argentino

No começo desse novo milênio grandes mudanças estruturais ocorreram na economia mundial. Depois das décadas de 80 e 90 marcadas pelo neoliberalismo, um período de crises financeiras consecutivas marcou o final da década de 90 nos países periféricos¹². Assim o ano 2.000 iniciou com um panorama diferente, marcado por um alto crescimento internacional, uma subida substantiva nos preços internacionais das *commodities* e um nível de taxa de juros baixo. Esses fatores advêm principalmente do crescimento da produção asiática, com um predomínio absoluto da China, que consolidou seu papel definitivo na economia mundial. Desta forma se criou espaço para um novo arranjo na produção internacional, surgindo oportunidades para vários países periféricos.

Os países latinos apresentaram uma situação particular em sua história econômica, com taxas constantes de crescimento e com equilíbrio na balança de pagamentos. Essa situação favorável foi acompanhada por um processo de fortalecimento do Estado, o que levou muitos economistas apontarem o surgimento de um novo modelo. É dentro dessa perspectiva que Bresser Pereira tem analisado o novo-desenvolvimentismo¹³, analisando as políticas macroeconômicas desse novo modelo econômico. Esse autor irá diferenciar principalmente a volta do Estado como promotor do crescimento e do controle da economia. Entretanto, de forma muito mais moderada do que a fase desenvolvimentista do pós-guerra. Na abordagem novo-desenvolvimentista o Estado deve ser responsável pela formação da poupança e da demanda agregada, mas dentro de uma perspectiva intermediária, já que os

¹² Menção as crises financeiras na Rússia em 97, Asiáticas em 98, Brasileira em 99 e a Argentina em 2001.

¹³ Neste trabalho daremos prioridade para Bresser-Pereira (2004 e 2006).

investimentos privados se tornaram fundamentais para a continuidade do modelo econômico. O setor privado está muito conectado com o capital externo, o que impõe ao Estado garantir uma maior estabilidade econômica para atraí-los, como menores taxas de inflação e uma política fiscal mais controlada, substituindo o protecionismo por uma estratégia mais forte de inserção internacional.

Em uma direção semelhante, mas com uma análise que perpassa a abordagem estritamente macroeconômica, o padrão novo-desenvolvimentista será analisado no livro de Sicsu, De Paula e Michel (2005). Esses autores irão argumentar a necessidade, além das políticas macroeconômicas, de políticas sociais e de promoção da competitividade da indústria nacional. Assim, além da estabilidade econômica e da continuidade de crescimento da demanda agregada, será importante a promoção de políticas sociais para promover um crescimento com equidade e de competitividade tecnológica para garantir o fortalecimento e dinamicidade da economia do país. Em suma, esses autores irão propor como fundamentos básicos para o novo-desenvolvimentismo a criação de um Estado forte, com um claro projeto de desenvolvimento que propicie o fortalecimento do mercado, o qual dependeria também da redução da desigualdade social para manutenção da sua trajetória.

Apesar das análises sobre o novo-desenvolvimentismo explicarem o papel dos Estados nesse modelo político econômico, elas possuem uma análise extremamente focada no papel do Estado em gerar o desenvolvimento e o tão sonhado crescimento com distribuição de renda. Desta forma, desconsideram os próprios limites colocados às políticas governamentais, que ditam não só as relações do país com outros países, mas também os conflitos de classe internos e como consequência os setores econômicos hegemônicos.

Em uma abordagem que não leve em excesso o ‘nacionalismo metodológico’¹⁴, se torna necessário uma dupla autonomia, uma referente ao Estado nacional com as classes sociais e outra desse Estado frente aos demais. Portanto se tornam fundamentais para analisar um modelo político econômico dois pontos principais: i) não ignorar as diferenças de desafios e circunstâncias criadas pelas condições iniciais, a qual impõe circunstâncias e mecanismos diferentes para a economia e ii) levar em consideração que o ambiente externo não é o mesmo para todos os países em desenvolvimento, já que

¹⁴ Um tratamento mais aprofundado do ‘nacionalismo metodológico’ é realizado por Medeiros (2010a, 2010b). Esses trabalhos apresentam como as múltiplas relações do Estado irão caracterizar a trajetória econômica seguida por esses..

uma mesma fase do capitalismo possibilita diferentes inserções de acordo com a estrutura de cada país. Logo, a intenção dessa metodologia incorporada nesse trabalho é conseguir justamente analisar quais são os mecanismos que levam os Estados a não seguir as políticas idealizadas, para assim poder traçar um caminho de políticas mais coerentes com as realidades do país.

O Novo-Desenvolvimentismo Argentino

A política econômica argentina atual reúne muitos elementos que a caracterizam claramente dentro do novo-desenvolvimentismo. Como vimos na seção sobre o neoliberalismo argentino, essa fase atual partiu de uma completa devastação do sistema econômico. Nenhuma outra crise anterior teve implicações tão graves no que tange: ao confisco de depósitos bancários, paralisação dos pagamentos da dívida, massificação do desemprego, explosão da pobreza e demolição da indústria nacional como foi observado durante a crise de 2001. A Argentina apresentava em 1980 níveis de pobreza de 7% da população, de acordo com a CEPAL, e de indigência de 2%; enquanto no ano de 2002 estes níveis foram para 45% e 21% respectivamente.

Entretanto o sistema econômico e social será reconstruído a partir de 2003 com o governo de Nestor Kirchner. Esse irá recompor a autoridade do Estado e promover a recuperação do país. Vale salientar o papel do então ministro da economia Lavagna (2002 a 2005) de não seguir as recomendações do FMI de estabilização da economia, como políticas de aperto monetário e fiscal para contornar o risco inflacionário. A Argentina se encontrava em um momento de forte apelo social com paralisação da indústria, mas com um forte crescimento da agricultura devido ao aumento continuado do preço das *commodities* guiado pela demanda chinesa. Assim, com uma grande capacidade ociosa da indústria e uma balança comercial extremamente confortável, foi possível realizar uma expansão monetária e uma forte desvalorização sem grandes impactos inflacionários. Dessa maneira, conseguiu rapidamente restabelecer a economia argentina com a reconstrução do poder das classes dominantes e concedendo as melhorias sociais e democráticas para os grandes levantes da crise de 2001.

Logo em 2006 já foi possível observar grandes melhorias pelos indicadores econômicos e sociais. O crescimento do PIB desde 2003 tem apresentado taxas próximas de 8%, com juros anuais entre 8% e 11% em 2006 (comparados aos próximos de 40% em 2003). O desemprego que atingia cerca de 25% dos trabalhadores logo antes da crise passou para 10% em 2006. Esta rápida melhora foi possível com o nítido

fortalecimento do Estado e com um distanciamento dos principais pontos de sustentação do neoliberalismo. Assim o governo não deu continuidade ao processo de privatização, impôs maiores controles à abertura comercial com uma diminuição da desregulamentação do trabalho. Essas medidas foram implementadas com a continuação de políticas sociais e distributivas, concentradas no programa 'para todos', o qual garante níveis mínimos de consumo para os argentinos.

Os governos dos Kirchner possuem um forte discurso industrialista, entretanto não realizam fortes políticas de promoção a industrial como foi realizado no pós-guerra com a substituição de importação. A abertura financeira e comercial impulsionou uma nova situação, que como já citado, possibilitou o crescimento da economia com um equilíbrio na balança, tendo a agricultura como carro chefe. O processo de privatização e abertura comercial levou a economia argentina a ter três quartos de sua indústria em empresas estrangeiras, assim como depender da entrada de fluxo de capitais para promover a economia. O processo de entrada de empresas estrangeiras ocorreu massivamente na década de noventa, com a instalação de multinacionais e com a privatização das empresas estatais. Mas esse processo também teve sua importância após 2003, com a forte desvalorização cambial e a destruição da indústria argentina aconteceu uma nova onda de entrada de empresas estrangeiras. Assim o governo acabou por desenvolver um papel muito mais de fomentador de atividades chaves do que um grande interventor, retirando o seu papel de construção da indústria nacional para buscar o incentivo a algumas áreas estratégicas. Dessa forma, principalmente no período entre 2002-2007 as políticas governamentais obtiveram um enfoque agro-industrial, com uma aliança das grandes lideranças agrárias e do governo, buscando também uma promoção industrial.

A importância do setor agro-exportador foi uma das grandes diferenças do novo desenvolvimentismo argentino para o antigo modelo desenvolvimentista. O antigo modelo possuía um apelo absoluto para a construção da indústria nacional, através da substituição de importações. Na fase do pós-guerra os produtos primários apresentavam uma elasticidade de demanda desfavorável em comparação com os produtos industrializados, além de serem muito suscetíveis as variações do mercado mundial. Entretanto, o crescimento chinês possibilitou uma nova fase para a agricultura latina. O forte crescimento chinês (cerca de 10% ao ano) desde a década de 80 tem causado um aumento continuado nos preços das commodities. Nos últimos 15 anos o preço da soja, principal produto exportado pela argentina, teve um aumento de 100%.

O forte aumento nos preços das *commodities* irá causar uma extrema especialização argentina na produção sojera, provocando uma grande mudança no campo argentino. Esta oleaginosa substituiu o gado e os outros cereais, através de uma produção que dispensa os cuidados antigos com clima e fertilidade, já que esses são garantidos pelos altos investimentos, como enfatizado por Katz (2008). Diferentemente do trigo e da carne, é um mono-cultivo muito agressivo, que por ser geneticamente modificado não necessita rotação e acentua a erosão do solo. A agricultura argentina, como em toda a América Latina, passou por um intenso processo de mecanização e investimento em sua estruturação e ampliação. Esse processo levou a uma mudança na própria estrutura distributiva desse setor, que passou de uma grande concentração de terras para a concentração do capital, o que pode ser ilustrado pelo fato de apenas 10 firmas representar 75% de toda produção argentina.

A remodelação na estrutura agrária argentina terá fortes repercussões no próprio modelo econômico do país. Até 2007, quando o país ainda estava se reerguendo e recompondo seus níveis de rentabilidade, não havia um grande embate entre os ruralistas e o governo. Entretanto, essa relação se modificou quando de um lado o governo quis dar continuidade ao seu programa novo-desenvolvimentista e de outro os ruralistas expandirem seus ganhos e suas intervenções nas políticas do estado.

O governo com a intenção de promover maiores intervenções na indústria elaborou um plano de aumento dos impostos para a produção de soja exportada. O argumento do governo se concentrava no grande aumento dos preços desse produto e na necessidade de distribuição desses ganhos para a própria continuação das reformas no país. Mas esse processo não foi colocado adiante. Em 2008 ocorreu uma grande manifestação ‘reacionária’ marcada pelo choque dos agrários sojeiros.

Durante os primeiros anos do seu mandato, Nestor Kirchner promoveu reformas políticas visando uma restauração do bipartidarismo e da autonomia do estado, bloqueando o surgimento de novas forças. Esse processo trouxe também um fortalecimento dos ruralistas, que tem readquirido sua posição de classe dominante, com a destruição da indústria e entraves ao setor financeiro. Desta forma este conflito terminou com uma derrota política do governo nas eleições de 2009, o que impediu qualquer intenção de avançar as metas industriais com uma redistribuição das rendas sojeiras. Situação essa que somente agrava a séria dificuldade argentina para aumentar os investimentos na indústria, dado os altos retornos da soja e a difícil competição com os produtos internacionais.

A dificuldade de implementação das políticas ‘idealistas’ do modelo novo-desenvolvimentista também podem ser vistas com a volta do problema da dívida e da inflação. No final de 2009 ocorreu uma grande discussão econômica e política em torno do ‘Fondo del Bicentenario’, o qual se tratava da criação de um fundo especial para garantir o pagamento da dívida externa. Esse seria construído com as reservas do Banco Central mediante a um empréstimo com taxas de juros controladas, para reduzir a sobrecarga financeira no Tesouro. O argumento da Presidente Cristina Kirchner se baseou na situação emergencial e particular da crise financeira mundial de 2008, que paralisou a economia mundial e diminuiu a arrecadação do país. Assim, ao invés de conseguir financiamento através de mais endividamento externo (com maiores taxas de juros), foi proposto um empréstimo concedido pelo Banco Central. Entretanto, as disputas internas do país, com um amplo apelo de constitucionalidade e no Congresso Nacional, barraram a criação desse fundo e a maior liberdade do governo para dar continuidade as políticas econômicas e sociais.

Outro problema econômico que tem assolado a Argentina é a volta das altas taxas de inflação. A discussão sobre os seus determinantes tem sido acalorada, com muitas opiniões diversas. A grande divergência de teorias e análises existentes sobre o processo inflacionário (principalmente sobre como combatê-lo) se deve basicamente aos profundos efeitos distributivos. As principais visões podem ser agrupadas entre inflação de custos e inflação de demanda. Essa ultima, entretanto é rapidamente rechaçada quando se analisa mais detalhadamente a estrutura produtiva e de preços da argentina.

Como mostrou Vernengo (2011) a capacidade utilizada da indústria argentina está longe de alcançar o seu limite, já que em 2011 atingiu apenas 80%. De 2003 a 2010 o PIB cresceu ao redor de 60%, enquanto o investimento no mesmo período foi de 147%, o que indica uma forte tendência de ajuste da economia ao crescimento da demanda. A argumentação da inflação de demanda apenas esconde o interesse de aumento dos juros pelos grupos financeiros e o forte fortalecimento dos grupos econômicos que impossibilitam políticas distributivas. O governo respondendo as fortes demandas sociais implanta vários programas distributivos e de aumento dos salários, mas que são logo contornados por aumentos de preços, o que torna estável (ou até com redução) o salário real. Os grupos capitalistas mais concentrados asseguram benefícios elevados, com remarcações que somente eles podem realizar. Essa inflação não possui qualquer viés distributivo ou fiscal, pelo contrário, somente garante o ganho da classe dominante que acaba por barrar qualquer intenção de crescimento pela demanda. Desta

forma, fica claro a briga distributiva por traz da inflação, a qual ganha contornos mais dramáticos com as atitudes do governo de criar novos índices. Em 2007 o governo rejeitou o calculo anterior e passou a realizar um novo índice. Varias consultorias passaram a mensurar a variação de preços para confrontar com o governo, o que tem trazido altas divergências. Enquanto o governo divulga valores em torno de 8% ao ano, varias consultorias apresentam valores em cerca de 30% ao ano.

Essas dificuldades políticas mostram a fraqueza por traz do modelo econômico atual, que apesar do caráter desenvolvimentista e do fortalecimento do Estado fica muito dependente das flutuações e disponibilidades do mercado global dada a sua vulnerabilidade externa. A tão proclamada continuidade do crescimento com equilibrio na balança de pagamentos não possui méritos internos, mas sim do crescimento chinês. A relevância da China tem sido cada vez mais decisória na inserção dos países após as crises financeiras neoliberais. Se por um lado trouxe a possibilidade de uma situação relativamente confortável mesmo em meio à grande crise de 2008, em outros aspectos já começa a mostrar os seus custos.

O acirramento das relações entre a Argentina e a China em 2010 já mostra claramente esse novo quadro de relações inter-estatais. A China ameaçou cortar as importações da Argentina, se essa continuasse resistindo a realização de uma maior abertura as manufaturas fabricadas na Ásia. Assim, alguns analistas¹⁵ já se referem a uma nova situação argentina muito próxima das pressões livre cambistas realizadas pela Inglaterra. Nesse período a Argentina conseguiu um relativo desenvolvimento realizando uma ‘boa relação’ com os ingleses, na qual basicamente exportavam bens primários, com a forte intenção inglesa de transformar o país (assim como outros países: Canadá, Austrália, Nova Zelândia e Uruguai) em uma extensão de seu mercado para oferta de bens agrícolas.

3. Notas Finais

Buscou-se neste texto discutir as relações entre o Estado, o poder político e de mercado que envolveram a Argentina nas últimas décadas, para tentar construir uma análise que não fosse limitada ao nacionalismo metodológico para explicar o surgimento e os limites do modelo novo desenvolvimentista nesse país.

¹⁵ Ver o trabalho ‘Los Nuevos desequilibrios de la economía argentina’ de Katz (2010).

Não existe apenas uma via para as relações entre Estado, mercado e classes sócias, já que essas relações possuem um duplo sentido, marcado tanto pelas relações internas quanto da própria inserção do Estado no sistema mundial. Por tratar de questões sociais, políticas e econômicas extremamente amplas e que se ‘realimentam’ é prudente analisá-las em casos específicos, como realizado aqui com a Argentina.

Vários países da América Latina nos anos 1990 apresentaram um processo de desindustrialização e piora nos níveis de distribuição de renda, que foi marcado pelo processo de brusca mudança do modelo político econômico para o neoliberalismo. Entretanto, no início dos anos 2000 após a sucessão de uma série de crises se iniciou um novo modelo, que ficou conhecido como novo-desenvolvimentismo, o qual apresenta certa ênfase para a industrialização e para uma melhora nas condições sócias.

A Argentina representa um caso claro desse novo-desenvolvimentismo. Iniciado com Nestor Kirchner em 2003 apresentou um forte crescimento econômico com a reinserção das antigas elites econômicas e com um claro programa social. O crescimento argentino atual possui uma característica singular em sua história, que devido aos altos preços das commodities no mercado mundial tem possibilitado manter um crescimento da produção com uma situação confortável da balança de pagamentos.

Ao analisar as relações entre o Estado, o poder político e de mercado que envolve a Argentina atualmente é possível compreender que esse padrão novo desenvolvimentista representa um modelo mais amplo do que algo que parte simplesmente da intenção de um Estado (ou governo) específico, como fazem as abordagens arraigadas no nacionalismo metodológico.

A Argentina começa a passar de novo por graves problemas inflacionários, que diferentemente do que alguns analistas argumentam não se deve a uma inflação de demanda, mas sim a uma questão claramente distributiva e também de custos, dado as altas nos preços das commodities e a permanência de problemas de infra-estrutura.

Apesar das intenções do atual governo em promover a indústria e uma maior distribuição de renda, a classe agrário-exportadora tem se fortalecido e cada vez mais conquistado um amplo espaço político. Principalmente através da soja, as grandes empresas agrícolas têm fortalecido sua oposição contra reformas mais profundas.

Esse panorama político só ressalta a inserção internacional da Argentina conquistada após o neoliberalismo. Durante as décadas de 1980 e 1990 a China apresentou um enorme crescimento que impôs sua importância na estrutura econômica mundial, já que apresenta uma intensa produção de produtos sofisticados sem uma

produção de bens primários capazes de acompanhar esse ritmo. Assim, impõe uma alta nos preços dos produtos agrícolas e minerais, o que possibilita a posição favorável da balança de pagamentos, mas com a quase imposição da intensificação no setor agrário exportador.

Bibliografia

AMICO, F. (2010) “Eredados en las telarañas de la convertibilidad”, grupolujan-circus.blogspot.com/search/label/Argentina, 21/02/2012

AMICO, F.; FIORITO, A. (2010) “Inflación: La Política en acción”, grupolujan-circus.blogspot.com/search/label/Argentina, 21/02/2012

AMICO, F.; FIORITO, A. (2010) “El largo de la convertibilidad: Política fiscal e ‘independencia’ del BCRA”

AMSDEN, A. (2001) *The Rise of the Rest*, Oxford

CARDENAS, OCAMPO, J. A. ; THORP, R. (2000) *An Economic History of Twentieth-Century Latin America. Vol. 3: Industrialization and the State*, St Antony’s Series;

CHANG, H. J. (2002) *Kicking Away the Ladder: Development Strategy in Historical Perspective*, Anthem Press, Londres;

CHANG, H. J. (2009) “Hamlet without the Prince of Denmark: How Development has Disappeared from today’s development discourse” mimeo

CUNHA, A. M.; FERRARI, A.; CALDEIRA, M. M. “A Argentina e o Novo Desenvolvimentismo”, www.anpec.org.br/encontro2007/artigos/A07A036.pdf, 21/02/2012

DAMIL, M.; FRENKEL, R.; RAPETTI, M. (2005) “The Argentinean Debt: History, Default and Restructuring”, www.policyinnovations.org/ideas/policy_library/data/01289, 21/02/2012

FURTADO, C (2009) “Desenvolvimento e Subdesenvolvimento”, Contraponto

FRENKEL, R. (2006) “Monetary and Exchange Rate Policies in Argentina after the Convertibility Regime”, www.policyinnovations.org/ideas/policy_library/data/01285, 21/02/12

GALAFASSI, G. (2004) “Argentina: Neoliberalism, utilitarismo y crisis del Estado-nación capitalista”, <http://www.herramienta.com.ar/revista-herramienta-n-26/argentina-neoliberalismo-utilitarismo-y-crisis-del-estado-nacion-capitalist>, 21-01-2012

Hardt, M.; Negri, T. (2000) “Império”. Rio de Janeiro: Record, 2000.

KATZ, C. (2010) “Los nuevos desequilibrios de la economía argentina”, Buenos Aires, Anuario EDI, N. 5, septiembre 2010

KATZ, C. (2010) “Certezas e incógnitas de la política argentina”, www.herramienta.com.ar/revista-web/herramienta-web-7, 21-01-2012

- KATZ, C. (2008) “El Agro-Capitalismo de la Soja”, www.lahaine.org/katz, 21-01-2012
- KLAPINSKY, (1989) “Technological Revolution and the International Division of Labour in Manufacturing: A Place for Third World?” in R. Kaplinsky e C. Cooper, Technology and Development in the Third Industrial Revolution, Frank Cass
- KUZNETS, S. (1989) “Driving Forces of Economic Growth: what can we learn from history?” in S. Kuznets, Economic Development, the family, income distribution, Cambridge University Press
- MEDEIROS, C. (1997) “Globalização e Inserção Diferenciada na Ásia e na América Latina” em José Luís Fiori e M. Conceição Tavares, Poder e Dinheiro, Vozes;
- MEDEIROS, C. (2001) “Rivalidade Estatal, Instituições e Desenvolvimento Econômico, em Fiori, J.L., Medeiros, C.A, Polarização Mundial e Crescimento, Rio de Janeiro, Vozes 2001.
- MEDEIROS, C. (2008 a) “Financial Dependency and External Cycles in Latin América” JPKE.
- MEDEIROS, C. (2008 b) “Desenvolvimento Econômico e ascensão nacional: rupturas e transições na China e na Rússia” em J. L. Fiori, Carlos Medeiros e Franklin Serrano, O Mito do Colapso do Poder Americano, Record;
- MEDEIROS, C. (2009) “Os Dilemas da Integração Sul Americana” Cadernos CICF;
- MEDEIROS, C. (2010) “Auge e Declínio dos Estados Desenvolvimentistas. Novos Desafios” Parcerias Estratégicas, Vol 15, N 30
- MEDEIROS, C. A.; SERRANO, F. (1999) “Padrões Monetários Internacionais e Crescimento”, in FIORI, J.L. (org.) Estados e Moedas no Desenvolvimento das Nações, Rio de janeiro, Vozes;
- MEDEIROS, C.; SERRANO, F (2004) O Desenvolvimento Econômico e a Retomada da Abordagem Clássica do Excedente, Revista de Economia Política vol 24, nº 2, Março, São Paulo;
- OCAMPO, J. A, PARRA, M. A. (2007) “Explaining the Dual Divergence: The Role of External Shocks and Specialization Patterns” in J. A. Ocampo, Jomo, K. S. e ROB Vos, Growth Divergences Zed Books;
- PALMA, G. (2007) “Four Sources of De-Industrialization and a New Concept of the Dutch Disease” in Jose Antonio Ocampo, Beyond Reforms, Structural Dynamics and Macroeconomic Vulnerability, Stanford University Press;
- PALMA, G. (2009). “The revenge of the market on the rentiers. Why neo-liberal reports of the end of history turned out to be premature” Cambridge Journal of Economics, 2009, 33
- PEREZ, C. (2006) “Dinamismo tecnológico e inclusión social em América Latina”
- ROS, J. (2007) “Divergence and Growth Collapses: Theory and Empirical Evidence” in Jose Antonio Ocampo, Beyond Reforms, Structural Dynamics and Macroeconomic Vulnerability, Stanford University Press;

SERRANO, F (2008) “A Economia Americana, o padrão dólar flexível e a expansão mundial nos anos 2000” em J. L. Fiori, Carlos Medeiros e Franklin Serrano, O Mito do Colapso do Poder Americano, Record;

SINGH, A. (2007) “ Capital Account Liberalization, free long term capital flows, financial crisis and economic development” in in A. Shaikh, Globalization and the Myth of the Free Trade, History Theory and Empirical Evidence, Routledge

SHAIKH , A. (2007) “Globalization and the Myth of Free Trade” in A. Shaikh, Globalization and the Myth of the Free Trade, History Theory and Empirical Evidence, Routledge

VERNENGO, M (2011): “Más acerca de la propaganda negativa de FT sobre la argentina, grupolujan-circus.blogspot.com/search/label/Argentina, 21/02/2012